

Visitantes e visitados: Proposta de **roteirização dialogal** para os **fortes e fortalezas** da Baía de Guanabara (Rio de Janeiro, Brasil)

MARISA EGREJAS * [marisaegrejas@gmail.com]

AGUINALDO C. FRATUCCI ** [acfratucci@turismo.uff.br]

ROBERTO BARTHOLO *** [bartholo.roberto@gmail.com]

Resumo | Neste artigo discute-se a construção da 'roteirização dialogal', uma abordagem diferente no desenho de rotas turísticas. Os conceitos de 'turismo situado' e de 'turismo como um veículo para o encontro', deram o suporte teórico para este artigo. O projeto Roteiros dos Fortes, que visa criar um elenco de roteiros de visitação turística em seis fortificações históricas da Baía de Guanabara, em andamento, constitui o suporte empírico deste estudo. Primeiramente, apresenta-se um breve panorama histórico que mostra a interconexão entre as fortificações e a cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Na sequência, apresentam-se as fases do projeto e discutem-se os aspectos mais importantes da metodologia Roteirização Dialogal. Na parte final, advoga-se pela consideração dos sítios turísticos como sítios simbólicos e ressaltamos a responsabilidade dos envolvidos, em desenvolverem roteiros coerentes com a ética local e com os contextos dos sítios.

Palavras-chave | Turismo, Roteirização dialogal, Pertencimento, Fortificações.

Abstract | In this paper the construction of the 'dialogical routing', a different approach of designing touristic routes, is discussed. The theoretical support is provided by the paradigms of location-based tourism and tourism as a vehicle for meeting concepts. In turn, the empirical support was provided by an on-going project entitled '*Roteiros dos Fortes*' (military forts' routing) which aims to develop a set of touristic routes in six historic fortifications of Guanabara Bay, in Rio de Janeiro, Brazil. At first, a brief historical overview was presented, enlightening the interconnection between the fortifications and the city of Rio de Janeiro. Second, the phases of the project were presented, followed up by the discussion of important aspects of the 'dialogical routing' methodology. Finally, the authors present the touristic sites as symbolic sites and emphasize the responsibility of all stakeholders involved in their management in developing itineraries in such a way as to be consistent with local ethics and context.

Keywords | Tourism, Routes, Dialogue, Belonging, Fortifications.

* **Doutoranda em Engenharia de Produção, Turismo** – Turistificação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Pesquisadora** associada ao Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE/UFRJ).

** **Doutor em Geografia** pela Universidade Federal Fluminense (UFF). **Professor Adjunto** do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

*** **Doutor em Engenharia de Produção** pela Universität Erlangen Nürnberg (Friedrich Alexander), Alemanha. **Professor Docente Associado** na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/PEP/UFRJ).

1. Introdução

Considerado um dos fenômenos mais característicos e dinâmicos da contemporaneidade, o turismo tem despertado o interesse tanto do setor privado que vê nele uma grande oportunidade de ampliação da sua lucratividade, como do setor público que o adota como uma possibilidade de ampliação dos processos de desenvolvimento dos territórios, e também, da comunidade acadêmica em geral. Apesar disso, observa-se ainda a carência de entendimento das variáveis e elementos que compõe esse fenômeno complexo, que tem, no espaço e no homem, seus pontos básicos e fundamentais. A predominância dos estudos e olhares econômicos sobre a atividade que o fenômeno turístico gera, tem limitado o aprofundamento na compreensão dos aspectos humanísticos que ele traz consigo. Neste sentido, considera-se que:

o fenômeno turístico surge de encontros aleatórios – intencionais ou não – entre os diversos agentes sociais que, dentro de uma aparente desordem inicial, articulam um feixe de ações, relações e interações modificadoras do comportamento e da natureza dos elementos, corpos, objetos ou territórios envolvidos (Fratucci, 2010, p. 181).

Entender o turismo a partir desse olhar mais abrangente e complexo nos obriga a percebê-lo como um fenômeno social com fortes imbricações espaciais e territoriais em seus diferentes momentos e etapas.

Segundo Raffestin, “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento se traduz por uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede” (1993, p. 150). Com base nessa afirmação, entende-se que a prática social estimulada pelo turismo, gera territórios e territorialidades múltiplas, onde o encontro entre visitantes e visitados, concretiza-se em espaços específicos e especiais, chamados de destinos turísticos. Os espaços tornam-se, portanto, espaços vívidos para os diferentes grupos de agentes sociais que estão envolvidos com a produção do turismo.

Os encontros são mediados por agentes sociais que facilitam e ordenam o seu acontecer: os agentes de mercado, o Estado e os trabalhadores envolvidos com a atividade turística. Assim sendo, os espaços do turismo apresentam uma organização territorial que deve ser vista e analisada “através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais” (Haesbaert, 2004, p. 74). Tal posição leva ao entendimento do território do turismo e dos diversos processos gerados pelos seus agentes sociais “como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (Haesbaert, 2004, p. 235).

Se para o visitante essa experiência resulta em crescimento pessoal e realização de determinadas expectativas, sonhos que motivaram sua viagem, para o morador do lugar, anfitrião que recebe o visitante, o momento temporário do encontro poderá propiciar, além do seu crescimento pessoal interior, a consolidação da sua identidade com o seu lugar e a consciência de todas as possibilidades do seu cotidiano. A interação com o turista, nômade, torna-se um fator de fortalecimento e de recriação da sua noção de pertencimento ao lugar (Fratucci, 2000b, p. 130).

Quando nos debruçamos sobre os desafios contemporâneos para o turismo, observa-se que grande parte das soluções aponta para os processos de planejamento participativo, que idealmente, possibilitará a democratização dos benefícios, a satisfação das demandas dos visitantes e a sustentabilidade dos visitados (Maldonado, 2009; Sauter & Leisen, 1999). Nesse cenário, melhores resultados serão obtidos quanto mais democrática for a gestão, facultando aos implicados a participação direta nos processos decisórios ou na condução dos processos que lhes afetam (Oliveira, 2008).

Para promover o crescimento harmônico, contínuo, ordenado e sustentável, o planejamento das atividades turísticas articula diversos componentes das ciências sociais, das ciências naturais, da economia, da ecologia, de maneira processual e sistêmica, o que, por si só,

não é tarefa simples (Getz, 1983 e 1986; Hall, 2001; Oliveira, Medeiros, Terra & Quelhas, 2011).

O planejamento turístico toma consistência a partir de inventários específicos e análises do potencial turístico dos lugares (Cook, DeCaro & DeCaro, 2010). A partir desse conhecimento acumulado da situação atual da área de estudo, o potencial turístico materializa-se em roteiros de visitação, interpretação e atividades turísticas, ordenados segundo os objetivos comerciais, políticos ou outros de seus realizadores, montados em gabinete por operadores ou, mais raramente, em conjunto com os interessados.

Neste artigo, problematiza-se especialmente a roteirização, considerando-a capaz de expressar sentidos próprios, interferindo na percepção da visitação. Na intenção de estruturar tal argumentação, procede-se a seguir a uma revisão bibliográfica que suportar  a defesa da construção de uma ‘roteirização dialogal’.

2. Turismo situado

O conceito de turismo situado foi concebido pelo filósofo franco-marroquino Zaoual (2006, 2009, 2012) a partir de experiências empíricas e de seus estudos sobre a transposição de projetos econ micos europeus para países africanos, e de sua observação sobre o esgotamento dos paradigmas hegemônicos do capital que se mostram cada vez mais alarmantes. Procurando conceber uma justificativa para os fracassos daquelas intervenções econ micas, Zaoual constrói o conceito de Sítio Simbólico de Pertencimento.

Em sua conceção, o sítio é uma entidade imaterial, invisível, que impregna intimamente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações de uma determinada região (Zaoual, 2009). Nessa aceção, seria desaconselhável o uso de modelos concebidos fora do sítio ou a execução de projetos exógenos.

Este princípio de respeito à singularidade do sítio pressupõe uma nova  tica na atividade turística, pois, “intervir ou não em dado sítio é uma questão ao mesmo tempo científica e moral. Modelo ou medidas mal ajustados ao sítio podem acarretar sua destruição parcial ou total, sem oferecer a seus atores uma melhoria de sua situação” (Zaoual, 2006, p. 54).

Apesar disso, ele observa que a singularidade do sítio alimenta-se da inter-relação entre os moradores locais e os visitantes, desde que dentro de um enfoque produtivo e sustentável (Zaoual, 2012).

Isso significa que o processo de turistificação deve levar em conta a relatividade dos contextos, a capacidade de autonomia dos espaços, os padrões relacionais interpessoais e a sua carga simbólica. Tais encaminhamentos aconselham a roteirização construída em diálogo com o sítio e norteada por princípios que priorizem as relações humanas em detrimento das relações comerciais.

3. Lugar do encontro

Segundo Buber (citado por Bartholo, 2009, p. 47), o ser humano é um ser relacional que conhece o mundo por meio das relações que trava, “numa possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano”. Para este autor, as relações acontecem de duas formas que se alternam, ‘Eu-Tu’ e ‘Eu-Isso’. Segundo sua teoria, a relação ‘Eu-Isso’ define as conexões formais e institucionais. A relação ‘Eu-Tu’ se revela como um momento único de ligação ontológica, de intensa significação e de inteireza, de reconhecimento da existência do outro, de reciprocidade. Trata-se de uma ligação profunda com o outro que torna possível a criação est tica, a construção de conceitos e as re-significações, de tal forma que entre eles não cabe um comportamento em que as partes se considerem objetos, mas parceiros reciprocamente responsáveis pelas ações cotidianas.

A concordância com tais reflexões conduz ao entendimento de que o turismo deve produzir mais do que a visita; deve ser veículo da promoção do encontro dentro de perspectivas éticas, em que visitantes e visitados considerem-se mutuamente e tenham ambos, possibilidade de atualização na oportunidade do encontro face a face.

Assentando nas considerações aqui resumidas, advoga-se pela roteirização realizada a partir do diálogo, em detrimento dos roteiros traçados de maneira padronizada, fixos e imutáveis, que desconSIDERAM as relações simbólicas de pertencimento do sítio, e com foco principal na exploração econômico-financeira. Levar o visitante a circular pelo espaço de vida do morador a partir de referências indicadas por esses e não por técnicos exógenos é a base da construção de roteiros dialógicos. Por estes, o encontro das alteridades é intensificado e produz experiências que extrapolam os contatos fugidios do turismo convencional.

Trata-se de um processo trabalhoso e certamente oneroso, mas que se justifica pelos resultados possíveis, em termos do desenvolvimento local, da qualidade da relação criada entre os que chegam e os que acolhem, e da possibilidade de inovação nos desenhos dos serviços oferecidos. Os roteiros construídos pelo diálogo e pelo respeito aos valores e crenças locais podem contribuir para que, tanto visitantes como visitados, se vejam implicados no processo de desenvolvimento daquele sítio, favorecendo uma atitude social que possibilite os benefícios pleiteados nos discursos das políticas e dos projetos públicos contemporâneos.

4. Experiências construtivas de roteiros dialógicos

É sabido que este tema esbarra na concretude dos processos de produção que se impõem no planejamento turístico. Como construir roteiros a partir de relações dialógicas, sem cair na armadilha de mo-

delos preconcebidos a partir de teorias distanciadas das realidades ou de experiências exógenas?

Procurando responder a essas questões, o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS)¹ desenvolveu dois projetos em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e apoiados por editais da FAPERJ². O projeto Palácios do Rio, realizado em 2011, envolveu a realização de roteiros de visitação ao Palácio e à Fortaleza da Conceição, com uma perspectiva de associação deste patrimônio à vida no Morro da Conceição, localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro³. Já o projeto Roteiros dos Fortes iniciado em 2012 e ainda em andamento, tem como proposta principal interligar turisticamente seis fortificações da embocadura da Baía da Guanabara utilizando a mesma metodologia do projeto anterior, crescendo em escala. Embora o artigo aborde situações e questionamentos pertinentes a ambos os projetos, aqui enfocamos o processo metodológico de roteirização dialogal do Roteiro dos Fortes em uma perspectiva de amadurecimento de processos e parcerias ao longo do percurso.

4.1. Breves apontamentos sobre o relacionamento entre as fortificações e a população do entorno

Neste item procura-se relacionar as fortificações em seus diversos sistemas defensivos utilizados na Baía da Guanabara à população situada em seus arredores. Ressalta-se, entretanto, que não há pretensão de aprofundamento ou esgotamento do tema; sua inclusão se justifica pela importância atribuída neste trabalho ao relacionamento com o entorno.

Ao longo do tempo, o carioca tem se relacionado de diferentes maneiras com as fortificações.

¹ Vinculado ao Programa de Engenharia de Produção (PEP), do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

³ Informações sobre o Projeto Palácios do Rio podem ser encontradas em www.palaciosdorrio.blogspot.com.br.

Nos primeiros tempos, os colonos necessitavam defender-se tanto de invasores europeus como das tribos indígenas e as fortificações tornavam-se abrigos seguros para os ataques de ambos os lados. Uma vez consolidada a ocupação do território, as preocupações se concentraram nas invasões vindas do mar (Castro, 2009). Durante o período colonial, em diversas ocasiões, o cidadão comum portava armas e era chamado a defender a cidade na hora do perigo. Se necessário, também as mulheres pegavam em armas. Dória (2012) relata um fato ocorrido em 1581, quando a maioria dos homens estava fora da cidade, as mulheres e os padres vestiram elmos militares e se dispuseram na amurada da Fortaleza de São Sebastião, no Morro do Castelo, como estratégia para espantar os invasores franceses. Castro (2009) narra que essa mesma fortificação, em momento posterior, contou com a participação de vários colonos na sua reconstrução cedendo cada um, um escravo pelo tempo de um mês, para a execução do trabalho.

A independência do Brasil, ocorrida em 1822, suscitou novo projeto de fortificação. Somente no Rio de Janeiro foram construídos 22 fortes e diversos outros foram edificados em várias províncias, na intenção de proporcionar certa sensação de segurança para os habitantes (Castro, 2009, pp. 88 e 90).

Durante o período do Segundo Império, na chamada Questão Christie⁴, a população, se sentindo ofendida com a afronta inglesa, “mobilizou-se para ajudar na defesa, assumindo inclusive a responsabilidade pela construção ou rearmamento de alguns fortes, como o de Copacabana” (Castro, 2009, p. 99).

No período politicamente turbulento da Guerra Fria, instaurou-se no Brasil um regime civil-militar em 1964, com um projeto geopolítico empenhado em fazer do Brasil uma potência regional. As relações entre as fortificações e a população do Rio de Janeiro

não ficaram imunes às polarizações político-ideológicas da época. Houve, em consequência, reservas e desconfiâncias recíprocas que dificultaram os diálogos entre militares e civis e entre as fortificações e a população.

Mais recentemente, observou-se novo movimento de abertura das fortificações ao público promovido pelo Exército dentro da filosofia de “substituição da função militar das fortificações coloniais por outros projetos comunitários, numa verdadeira passagem do “repelir inimigos para o receber amigos” (Secomandi, 2013, p. 68).

Diante da constatação da inadequação tecnológica de tais equipamentos para a defesa da cidade contra os armamentos contemporâneos, o Exército vem avaliando positivamente a abertura das fortificações ao público, realizando alguns esforços com sucesso no sentido de tratá-los como atrativos turísticos. Percebem que, embora estejam obsoletas para a defesa, as fortificações são preciosos bens patrimoniais pertencentes à cidade (Santos Júnior, 2010).

E gradualmente, a população e os visitantes vêm abraçando as fortificações, tornando-as sítios simbólicos de pertencimento. Exemplo disso é o impressionante número de visitantes do Museu Histórico do Exército do Forte de Copacabana: 671.672 no ano de 2010, 652.234 em 2011, e 737.307 em 2012 (Departamento de Visitantes do Exército, 2013).

4.2. Notas sobre a tipologia das fortificações

Desde sua fundação, em 1565, a cidade do Rio de Janeiro teve função estratégica na defesa do território, exigindo a construção de fortificações, mesmo antes de tornar-se capital da colônia e principal porto de escoamento de matéria prima. A impossibilidade de cercamento da cidade suscitou a utilização de um inovador sistema de defesa aberto na orla da Baía da Guanabara. Assim, as fortificações foram construídas de maneira sistêmica de forma que se apoiassem mutuamente em caso de invasão ou de tomada do poder por algum inimigo.

⁴ Uma série de incidentes diplomáticos entre o Império brasileiro e a Grã-Bretanha, no período de 1862 a 1865 (Carvalho, 2007).

A cada nova tecnologia ofensiva criada pelos oponentes, o sistema era reorganizado, incluindo, adaptando ou excluindo pontos de defesa. Muitas das fortificações ainda se mantêm ativas como quartéis do Exército ou da Marinha. E justamente por servir a outros propósitos, foram preservadas e conservadas (Castro, 2009).

As mais antigas, que dependiam do acuro visual para garantir a defesa, ocupavam pontos estratégicos com vista panorâmica. Por questões de segurança, o entorno deveria estar livre, sem edificações que pudesse comprometer a visibilidade ou o rápido acesso das tropas, e isso garantiu a elas lugares com vista privilegiada para toda a cidade e seu entorno, transformando-se em marcos da paisagem carioca.

Nos primeiros tempos, para defender-se de naus armadas de artilharia, paredes (cortinas) reforçadas, ameias e vigias eram suficientes. São exemplos, a parte mais antiga da Fortaleza de Santa Cruz da Barra (Niterói) e os Redutos de São Martinho e São Teodósio, na Fortaleza de São João (Urca, Rio de Janeiro). No século XIX, estas foram readaptadas, ampliadas e fortificadas para suportarem os ataques marítimos de navios encouraçados.

No século XX, o aumento da potência dos canhões e obuses, e o emprego da aviação no combate levaram à utilização de fortificações camufladas (mascaradas), invisíveis aos ataques aéreos e bombardeamento naval. Nesse caso estão os Fortes do Pico (Niterói) e Duque de Caxias (Leme, Rio de Janeiro), com capacidade para penetrar a blindagem de encouraçados ou para repelir embarcações menores e mais rápidas.

No início do século XX foi assinado um contrato com a Alemanha para a instalação de canhões mais possantes e de maior alcance, que permitiriam a proteção da barra. O Forte de Copacabana recebeu uma cúpula de aço com dois canhões de 305 mm, outra com dois canhões de 190 mm e duas com canhões de 75 mm, todos fabricados pela Casa Krupp. Em meados do século XX, a utilização da Artilharia de Costa motorizada, marcou o fim da história das fortificações fixas no país.

5. Roteirização dialogal em processo

O projeto Roteiros dos Fortes consiste num conjunto de circuitos turísticos em fortes e fortalezas da Baía da Guanabara, que foi desenvolvido pelo LTDS em conjunto com os Cursos de Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com o apoio da FAPERJ, pelo Edital Pensa Rio 2011. Não é um projeto de intervenção, mas de conceção de possibilidades de roteiros turísticos tomando como princípio a sua construção de maneira dialogal.

Tem como objetivo geral estimular a visitação às fortificações da Baía da Guanabara como patrimônio histórico brasileiro, buscando fortalecer os vínculos identitários e promover a preservação da memória social e cultural.

Participam do projeto seis fortificações da embocadura da Baía da Guanabara: Forte de Copacabana, Forte Duque de Caxias (Leme) e Fortaleza de São João (Urca), no Rio de Janeiro; Forte São Luiz, Forte do Pico e Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói.

5.1. Levantamento de dados

Para dar cumprimento aos seus objetivos, foi realizado o levantamento de dados dividido em seis ações. A primeira foi apoiar a DPHCEX na realização do 8.º Seminário de Cidades Fortificadas e do 3.º Encontro de Gestores de Fortificações⁵, ocorrido no Forte de Copacabana, em outubro de 2012. A participação no Seminário auxiliou a equipe a conhecer problemas recorrentes, soluções propostas, expectativas, estudos realizados e instituições envolvidas. Na ocasião, foram registrados depoimentos de especialistas. Posteriormente, foram consultados

⁵ Os seminários tiveram início no Uruguai, sob a coordenação do Espacio Cultural Al Pie de La Muralla. Sua sexta edição foi realizada em Florianópolis (SC), sob os auspícios da Universidade Federal de Santa Catarina e a sétima, em Bertioga (SP), promovida pela Prefeitura. <http://cidadesfortificadas.ufsc.br>.

pesquisadores do IPHAN, arqueólogos, oficiais das Forças Armadas, representantes do *International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage* (ICOFORT) e do *Conseil International des Monuments et des Sites* (ICOMOS), dentre outros.

A segunda ação dedicou-se à interlocução com os gestores daquelas fortificações a partir de um roteiro de perguntas aberto, previamente disponibilizado. A ideia era identificar como os gestores percebem a visita atual; a relação entre a fortificação e seu entorno; e as ações em andamento que implicam na visita turística.

Na terceira, buscou-se caracterizar o público visitante (moradores e turistas), identificando a intensidade do relacionamento com a fortificação para compreender e atender suas expectativas em relação ao sítio.

A quarta ação foi realizar um inventário turístico, tendo por base a metodologia do Ministério do Turismo (Lima, 2011), a fim de caracterizar a infraestrutura turística atual, acessibilidade, sinalização, fatos e personagens relevantes, histórias de vida, aspectos arquitetônicos, acervo, estado de conservação, aspectos legais e o relacionamento já estabelecido com instituições públicas ou privadas ligadas ao *trade* turístico.

Concomitante, foram realizados estudos bibliográficos e iconográficos em fontes secundárias. O último procedimento de levantamento diz respeito às experiências de uso público e turístico de fortificações – no Brasil e em outros países – que mantêm este tipo de equipamento aberto à visita.

5.2. Análise dos dados

De posse do conjunto dos dados levantados, procedeu-se à análise do potencial turístico de cada fortificação e do conjunto delas identificando os

⁶ Destaca-se a diferença adotada nesse projeto entre circuito e roteiro: o primeiro se refere à circulação interna nas fortificações e o segundo define o percurso realizado entre diferentes pontos externos, voltando ou não ao ponto de saída (circular).

pontos frágeis e os pontos consistentes ou potentes; ponderou-se sobre as necessidades de alteração de procedimentos internos ou externos; identificaram-se os diferenciais a serem explorados; examinaram-se os problemas iminentes; além de se estimarem os impactos, dentre outros.

5.3. Proposições dos roteiros

Os dados, vistos em conjunto, orientaram à criação de uma estrutura modular que se mostrasse flexível e aberta a diversas possibilidades. Optou-se pela utilização de fichas técnicas, que também teriam como função alimentar o site de informações pertinentes. Estas compreendem: inventários dos fortes; informações gerais sobre as fortificações; circuitos internos atuais⁶; roteiros externos (que relacionam o entorno ou mais de uma fortificação); roteiros potenciais (que demandam recomendações e/ou mudanças estruturais para sua viabilidade); outros roteiros (que não se encaixam nas demais categorias).

Para cada uma das categorias, utilizou-se uma estrutura específica, procurando destacar a motivação e finalidade do roteiro; resumo convidativo; fortificações envolvidas; modal utilizado; ponto de partida e chegada; mapa; principais atrativos do percurso; distância total; tempo médio de deslocamento; restrições ou recomendações para o roteiro; pontos de apoio ao visitante.

Vale reforçar que, embora em tais fichas existam indicações de roteiros lineares, estes roteiros não precisam ser seguidos pelos visitantes unicamente na ordem em que foram indicados, podendo ser ordenados da forma que melhor lhes aprouver.

Uma vez sistematizados, serão apresentados ao parceiro para que seja possível avaliar a exequibilidade das propostas e para ajustes sugeridos ou para a criação conjunta de novas propostas reforçando a disposição para o diálogo. O resultado final deverá compor o elenco de roteiros a serem disponibilizados em portal da *web* construído para essa finalidade.

6. Considerações finais

A interlocução com uma instituição fortemente hierárquica como o Exército, foi oportunidade de grande aprendizado para toda a equipe do projeto, uma vez que a tônica do trabalho proposto estava no diálogo com o sujeito situado, para a criação de um produto em benefício comum. O Exército, um organismo de dimensões nacionais, passa por um momento de refinamento dos limites entre a reclusão defensiva e a abertura recetiva. Buber (2001) atenta que as proximidades relacionais requerem empenho e disponibilidade para o encontro, o que significa estar aberto para estabelecer novos e profundos vínculos nos estreitos espaços e tempos de uma visita turística.

Por outro lado, a demanda de serviços turísticos na atualidade aponta para a proposição de uma 'economia da confiança', para um "serviço de qualidade, de relações e de sentido", em que deve ser observado o contexto onde são produzidos e consumidos os serviços (Zaoual, 2009). Considerar o sítio como um patrimônio coletivo vivo, e, portanto, significativo para seus atores, nos imputa a responsabilidade de criação de propostas éticas, abertas ao diálogo e ao benefício mútuo entre visitantes e visitados, que fomentem o reconhecimento, a preservação e conservação do patrimônio material e imaterial e sua manutenção por diversas gerações.

Referências bibliográficas

- Aquino, R. (2004). As revoltas populares do século XVII ao XX. In C. Lessa, F. A. Vieiura & H. Roedel (Eds.), *Rio de Janeiro: Panorama sociocultural* (pp. 57-100). Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá.
- Bartholo, R. (2009). Sobre o sentido da proximidade: Implicações para um turismo situado de base comunitária. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Buber, M. (2001). *Eu e tu*. São Paulo: Centauro.
- Carvalho, J. M. (2007). *Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras.
- Castro, A. H. F. (2009). *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006* (Vol. 1). Rio de Janeiro: FUNCEB.
- Cook, C., DeCaro, F., & DeCaro, N. (2010). Tourism modelling for the space coast. *Sustainable tourism IV: Ecology and the environment*, 139. Acedido a 21 de fevereiro de 2014, em <http://library.witpress.com/pages/PaperInfo.asp?PaperID=21216>
- Dória, P. (2012). *1565 – Enquanto o Brasil nascia: Aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do país*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fratucci, A. C. (2000). Os lugares turísticos: Território do fenômeno turístico. *Geographia*, 4, 121-133.
- Fratucci, A. C. (2010). Turismo e desenvolvimento local: Os agentes sociais e as redes regionais de turismo. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 42, 183-200.
- Getz, D. (1983). Capacity to absorb tourism: concepts and implications for strategic planning. *Annals of Tourism Research*, 10, 239-263.
- Getz, D. (1986). Models in Tourism Planning. *Tourism Management*, 7(1), 21-32.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: Do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico, políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Lima, A. C. G. (Ed.) (2011). *Inventário da Oferta Turística*. Brasília: Ministério do Turismo. Acedido a 22 de abril de 2013, em http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Oliveira, A. M. (2008). Planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento turístico responsável. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(3), 1-121.
- Oliveira, L. R., Medeiros, R. M., Terra, P. B., & Quelhas, O. L. G. (2011). Sustentabilidade: Da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. *Produção*, 22(1). Acedido a 22 de abril de 2013, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132012000100006&lng=pt&nrm=iso&tling=en
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Santos Júnior, J. C. (2010, 31 março – 1 abril). Plano de revitalização e uso turístico-cultural das fortificações históricas da Baía de Guanabara. Artigo apresentado no *IV Seminário Regional de Cidades Fortificadas e 1º Encontro Técnico de Gestores de Fortificações*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Acedido em 22 de abril de 2013, em www.fortalezas.ufsc.br/6seminario/index.php
- Sauter, E. T., & Leisen, B. (1999). Managing stakeholders: A tourism planning model. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 312-328.
- Secomandi, E. R. Circuito dos fortes: Vertente colonial. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(1), 65-85.
- Zaoual, H. (2006). *Nova economia das iniciativas locais: Uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, COPPE/UFRJ.
- Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado: Quais as transições. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 55-75). Rio de Janeiro: Letra e Imagem/COPPE-UFRJ.
- Zaoual, H., & Roussel, D. (2012). Saberes e territórios: Uma conjectura do futuro. In R. Bartholo, F. J. C. M. Duarte & C. Cipolla, C. (Eds.), *A projeção e seus horizontes: Questões contemporâneas para a engenharia de produção* (pp. 17-38). Rio de Janeiro: E-papers.